

Ministério da  
Ciência e Tecnologia



SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMG



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

Coordenador da CGMG  
*José Domingos Gonzalez Miguez*

**FEVEREIRO 2007**

**República Federativa do Brasil**  
**Luiz Inácio Lula da Silva**  
*Presidente*

**Ministério da Ciência e Tecnologia**  
**Sérgio Rezende**  
*Ministro*

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento  
**Luiz Antonio Barreto de Castro**  
**Secretário**

Departamento de Políticas e Programas Temáticos – DEPPT  
**Isaac Roitman**  
*Diretor*

**Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMG**  
*José Domingos Gonzalez Miguez*

**COLABORADORES**

Mara Lorena Maia Fares  
Marcos Willian Bezerra de Freitas

## ÍNDICE

<b>Tabela 1: DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – 2006 .....</b>	<b>12</b>
<b>Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação .....</b>	<b>13</b>
• <b>Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima.....</b>	<b>14</b>
- <b>Ação 6126:</b> Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa .....	14
- <b>Ação 6909:</b> Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo .....	18
- <b>Ação 6751:</b> Pesquisa e Desenvolvimento Sobre Mudanças Global do Clima .....	22

**Atribuições das Coordenações da SEPED, criadas através do Decreto Presidencial n.º 5.886, de 06/09/06, e do seu Regimento Interno, aprovado através da Portaria MCT n.º 755, de 03 de outubro de 2006, DOU de 05/10/06, a saber:**

**Art. 8º À Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima compete:**

I - coordenar e supervisionar a implementação de ações no âmbito da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, inclusive Protocolo de Quioto no País, e outras atividades afins;

II - propor e coordenar a execução de estudos e diagnósticos para subsidiar a formulação de políticas dos programas temáticos, seus projetos e atividades;

III - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Setoriais, na formulação de políticas de cooperação internacional, que

venham a apoiar as ações internas de sua competência e supervisionar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

IV - estabelecer e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira, para os programas temáticos, seus projetos e atividades, propondo medidas para correção de suas distorções e para seu aperfeiçoamento;

V - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, envolvidas na implementação da Política Nacional de Mudanças Globais do Clima, visando dar maior efetividade as suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;

VI - incentivar, apoiar, divulgar e coordenar os estudos e pesquisas científicas, em mudanças globais do clima, em especial no que se refere ao Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima ou outro que lhe venha a ser determinado;

VII - elaborar e coordenar a formulação de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais de execução dos programas sob sua responsabilidade; e

VIII - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

## **Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação**

**Gerente:** Luis Manuel Rebelo Fernandes

**Gerente Executivo:** Maria do Socoro Fernandes

### **Objetivo do Programa:**

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação.

No exercício de 2006, a SEPED, por intermédio da Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima coordenou duas ações deste Programa, sendo:

- **Ação 6126:** Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa;
- **Ação 6909:** Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

## **Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima**

Coordenador das Ações: **José Domingos Gonzalez Miguez**

### **Ações da CGMC de acordo com os Programas 0473 e 1122:**

#### **Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação**

- **Ação 6126:** Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa
- **Ação 6909:** Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

#### **Programa 1122: Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima**

- **Ação 6751:** Pesquisa e Desenvolvimento Sobre Mudanças Global do Clima

### **Objetivo da Coordenação:**

Assessorar o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia nas questões relativas à mudança global do clima;

Acompanhar as negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto;

Acompanhar os trabalhos científicos do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - IPCC, e gerenciar a divulgação dos relatórios e documentos do IPCC para especialistas brasileiros;

Coordenar os trabalhos para implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto no Brasil;

Exercer a função de Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

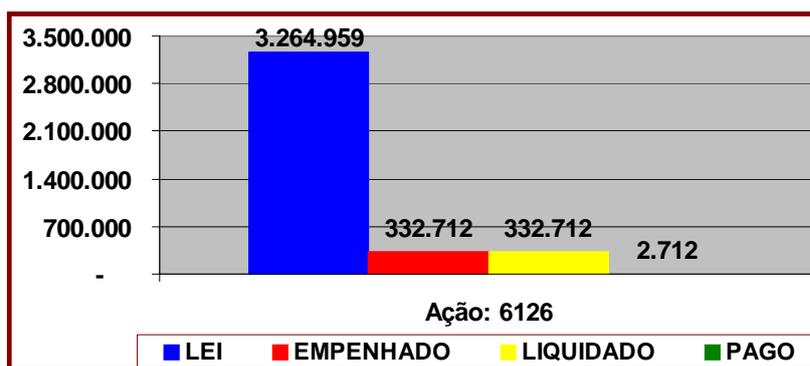
- **Ação 6126: Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa**

### **Objetivo:**

Elaboração periódica do inventário anual nacional de emissões de gases de efeito estufa e realização de pesquisas sobre fatores de emissão e níveis de atividade nos setores de energia, indústria, uso de solventes, agropecuária, mudança no uso da terra e floresta e tratamento de resíduos.

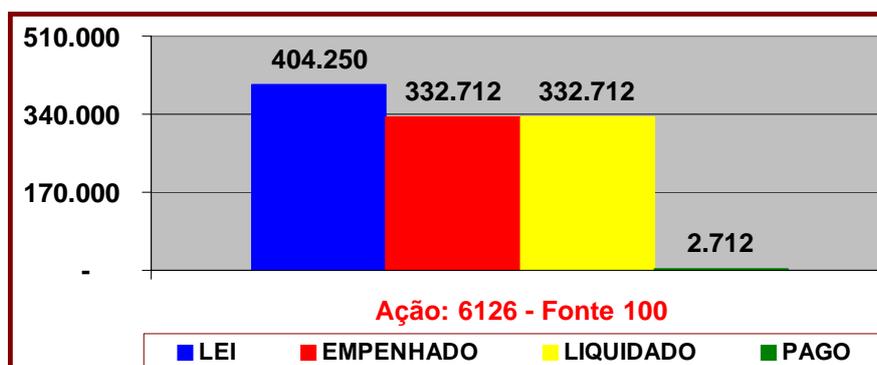
### **Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6126**

No exercício de 2006, o orçamento estabelecido para esta ação foi de R\$ 3.264.959,00 (três milhões duzentos e sessenta e quatro reais e novecentos e cinquenta e nove reais), dos quais apenas o montante previsto na fonte 100, no valor de R\$ 404.250,00 (quatrocentos e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), foi disponibilizado. Do total disponibilizado, foram empenhados e liquidados R\$ 332.712,00 (trezentos e trinta e dois mil e setecentos e doze reais), correspondendo à 82,30%, e foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 2.712,00 (dois mil setecentos e doze reais), correspondendo a 0,67% desse total.

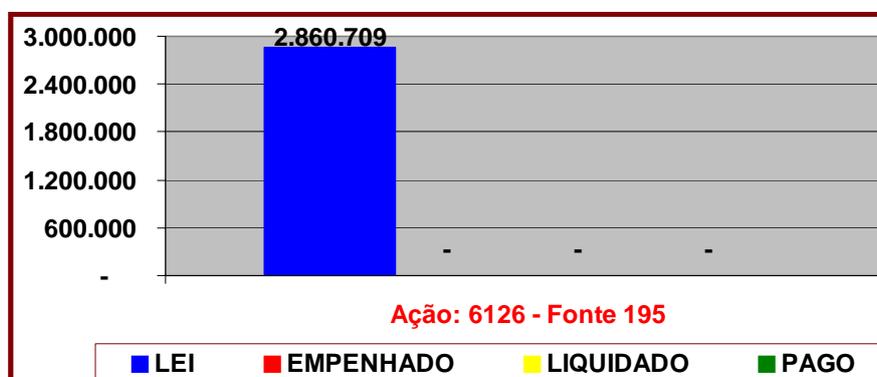


Os recursos orçamentário desta ação foram distribuições em 2 fontes de despesas: fonte 100 e 195 da seguinte ordem:

- Fonte 100:** R\$ 404.250,00 (quatrocentos e quatro mil e duzentos e cinquenta reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 332.712,00 (trezentos e trinta e dois mil e setecentos e doze reais), correspondendo à 82,30% do total da fonte de despesa e pagamentos na ordem de R\$ 2.712,00 (dois mil e setecentos e doze reais), correspondendo a 0,67% da fonte de despesa, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



- Fonte 195:** R\$ 2.860.709,00 (dois milhões oitocentos sessenta mil, e setecentos e nove reais). Os recursos previstos nessa fonte são oriundos do *GEF – Global Environment Facility* (Fundo Mundial para o Meio Ambiente) e sua execução dar-se-á diretamente pela Agência das Nações Unidas que opera recursos do GEF no Brasil nos próximos quatro anos e não por meio do orçamento da União. A partir de 2007 esses recursos não deverão constar no orçamento desta ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



**Metas físicas:**

### **Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:**

- Termo de parceria com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP Economia e Energia, cujos objetivos a serem alcançados estão diretamente relacionados com o aprimoramento do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa no setor de energia;
- Convênio entre o MCT e a FEALQ para desenvolvimento do projeto “Avaliação Econômica de Políticas Públicas visando Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil”.
- Convênio entre o MCT e a FUNCATE para desenvolvimento da parte I do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa no setor de mudança no uso da terra e florestas e realização de pesquisas nesse setor. A parte II desse inventário será desenvolvida no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31, em execução.

### **Implementação:**

A principal atividade prevista para a ação 6126 em 2006 foi dar início aos trabalhos de elaboração dos relatórios de referência que deverão subsidiar a preparação do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Em 2006 foram acertados e definidos os termos de referência dos principais setores: mudança no uso da terra e florestas, energia, agropecuária e tratamento de resíduos. Desses setores, apenas o de mudança no uso da terra e florestas receberá recursos de 2006 da ação 6126. Os demais setores serão financiados pelo GEF – Global Environment Facility por meio do projeto BRA/05/G31, em execução.

Em relação ao setor de mudança no uso da terra e florestas, foi definida parceria para desenvolvimento de um projeto visando gerar uma base de dados com o uso e cobertura vegetal do ano de 2002, cobrindo integralmente todos os biomas brasileiros, utilizando imagens de satélite de média resolução, com o objetivo de determinar a contribuição das mudanças de cobertura vegetal e uso da terra na Emissão de Gases do Efeito Estufa, para o período de 1994 a 2000. Esse estudo subsidiará a elaboração do Segundo Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa para o setor, que está em desenvolvimento no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31 e será desenvolvido por meio de convênio firmado entre o MCT e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE.

Além disso, está em desenvolvimento no âmbito dessa ação as seguintes parcerias:

- termo de parceria celebrado com a OSCIP Economia e Energia, que tem como objetivos: estimar as emissões de gases de efeito estufa entre 1970 e 2004; desenvolver as metodologias para contabilidade e balanço dessas emissões nas diversas etapas de produção, transformação e uso de energia.; e avaliar os impactos econômicos relacionados à mudança global do clima, cujo relatório final deverá ser apresentado até dezembro de 2006. A avaliação dos resultados dessa parceria, por meio de uma reunião entre os membros da Comissão composta para esse fim, deverá ocorrer até meados de outubro de 2006;

- convênio entre o MCT e a FEALQ para desenvolvimento do projeto “Avaliação Econômica de Políticas Públicas visando Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil”, que compreende a elaboração de um projeto de pesquisa que tem o objetivo de quantificar os efeitos sobre a economia brasileira da implementação de políticas públicas que visem a redução das emissões de gases de efeito-estufa (GEE). Para tanto será construído um modelo inter-setorial aplicado de equilíbrio geral para simular os efeitos de ações relacionadas a políticas de redução de emissões, entre elas restrições quantitativas sobre as emissões decorrentes da queima de combustíveis fósseis de determinados setores da economia e ou regiões. Esse projeto deverá ser finalizado em abril de 2007.

### **Resultados:**

- Definição dos termos de referência para desenvolvimento dos relatórios setoriais do segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa, em especial, os setores de mudança no uso da terra e florestas, agropecuária, energia e tratamento de resíduos;
- Início dos trabalhos de execução do relatório de referência do setor de energia para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa e envolvimento do Ministério de Minas e Energia na coordenação técnica desse trabalho e também com o aporte de recursos financeiros, o que permitirá um maior detalhamento do inventário desse setor, bem como a ampliação do escopo desse trabalho se considerado o primeiro inventário desenvolvido;
- Início dos trabalhos de execução do relatório de referência do setor de mudança no uso da terra e florestas para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa, o que ocorreu por meio da assinatura de um instrumento de convênio entre o MCT e a FUNCATE para construção de banco de dados geográfico para o ano de 1994, visando à estimativa das emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao setor Uso da Terra, Mudanças no Uso da Terra e Florestas no período de 1994- 2000. A proposta de gerar um banco de dados para o ano de 1994 (a ser realizada no âmbito do MCT), deverá ser integrado aos dados de outro banco a ser desenvolvido para um ano posterior ao ano 2000 (que será realizado no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31), de forma a permitir estimar as emissões líquidas de gases de efeito estufa resultantes da manutenção e conversão, no período de 1994 a 2000;
- Finalização do projeto “Banco de Dados para Inventário Nacional das Emissões de Gases de Efeito Estufa”, por meio do qual foi elaborado um banco de dados para consolidação dos resultados do inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa relativo ao período 1990/1994 (meta 1 do cronograma de execução) e criado um sistema de consultas ao referido banco (meta 2 do cronograma de execução).
- Apresentação de relatórios parciais do projeto Balanço de Carbono, que tem o objetivo de estimar as emissões de gases de efeito estufa entre 1970 a 2004; desenvolver as metodologias

para contabilidade e balanço dessas emissões nas diversas etapas de produção, transformação e uso de energia; e avaliar os impactos econômicos relacionados à mudança global do clima;

- Apresentação de relatórios parciais do projeto “Avaliação Econômica de Políticas Públicas visando Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil”, que compreende a elaboração de um projeto de pesquisa que tem o objetivo de quantificar os efeitos sobre a economia brasileira da implementação de políticas públicas que visem a redução das emissões de gases de efeito-estufa (GEE). Para tanto será construído um modelo inter-setorial aplicado de equilíbrio geral para simular os efeitos de ações relacionadas a políticas de redução de emissões, entre elas restrições quantitativas sobre as emissões decorrentes da queima de combustíveis fósseis de determinados setores da economia e ou regiões.
- Atualização e reformulação do site "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima". Esse site passou por uma revisão e está funcionando em uma nova plataforma e estrutura, em conformidade com as modificações realizadas nas ferramentas de desenvolvimento da home page do MCT, à qual o site em questão está vinculado, o que tem sido motivo de diversos elogios por parte do público externo. Atualmente, o site sobre mudança do clima possui um total de 32.008 páginas publicadas nos quatro idiomas. Com cerca de aproximadamente 30.000 acessos mensais nas páginas em português em virtude dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Interministerial, o site responde a uma média de 400 consultas mensais por e-mail sobre informações a respeito dos trabalhos e das posições brasileiras na Convenção, além de ser o site temático mais acessado dentro da home page do MCT. Esse resultado é comum às ações 6909 e 6751.

- **Ação 6909: Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**

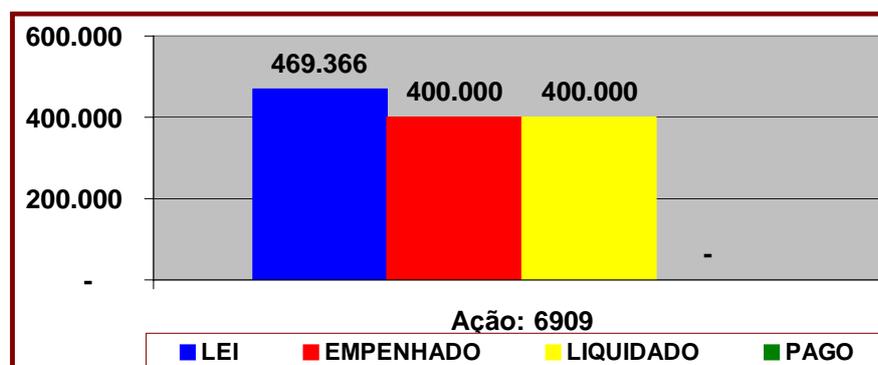
**Objetivo:**

O Protocolo de Quioto prevê em seu Artigo 12 o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que estabelece em seu parágrafo terceiro que sob esse mecanismo as Partes não incluídas no Anexo I, que inclui o Brasil, beneficiar-se-ão de atividades de projetos que resultem em reduções certificadas de emissões.

O objetivo da inclusão desta ação no PPA é, portanto, avaliar projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que resultem em reduções de emissões nos setores de energia, indústria, uso de solventes, agropecuária, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos e em seqüestro de carbono por reflorestamento ou estabelecimento de novas florestas, bem como capacitar instituições e especialistas para atuação na área do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e em certificação dos projetos de MDL, contratar estudos e realizar visitas técnicas aos projetos aprovados no âmbito da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

## Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6909

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 469.366,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), correspondendo à 85,22% do total da ação, veja (Tab. 1, Fig. abaixo).



**Metas físicas: 3**

### Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Parcela de 2006 no valor de R\$ 400.000,00 prevista no documento de projeto BRA/07/002 celebrado entre o MCT, o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE visando a modernização institucional da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de forma a possibilitar que o Brasil continue a desempenhar um papel de destaque no cenário internacional quanto à implementação de projetos no âmbito do MDL. Os objetivos específicos previstos nesse documento de projeto, além de estarem em perfeita harmonia e conformidade com as metas da ação 6909, permitirão o cumprimento dessas metas e o avanço do Brasil no que se refere à propiciar um ambiente favorável à implementação de projeto MDL no país.

### Implementação:

Foi definida a implementação a partir de 2006, no âmbito dessa ação, de um projeto de cooperação internacional para modernização institucional da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE. O documento de projeto gerado a partir dessa parceria foi celebrado em 22/12/2006 e prevê o desenvolvimento de quatro objetivos específicos, a saber:

1. Estabelecimento operacional do painel de especialistas para avaliação técnica quanto à contribuição ao desenvolvimento sustentável dos projetos MDL submetidos à CIMGC. O

processo de análise de projetos submetidos à Comissão Interministerial é um ponto de suma importância, pois a qualidade dos projetos brasileiros, bem como a agilidade da Comissão na emissão das cartas de aprovação como Autoridade Nacional Designada dependem desse processo de análise de projetos. No sentido de fortalecer esse processo e atender a demanda crescente de análise de projetos, será estabelecido um painel de especialistas, divididos por setor, que deverão emitir pareceres sobre cada projeto submetido. Assim, cada especialista poderá dar sua parcela de contribuição no setor de sua respectiva competência, com uma análise técnica aprofundada sobre o projeto a ele encaminhado;

2. Estabelecimento de um mecanismo de consulta jurídica para a CIMCG . Além da parte de análise técnica acima mencionada, há, ainda, uma demanda crescente em relação à parte jurídica que envolve o MDL e as decisões e posicionamentos da Comissão Interministerial, na qualidade de Autoridade Nacional Designada. Nesse sentido, deve ser criado também um mecanismo de consulta jurídica que deverá ser acionado sempre que houver questionamentos dessa natureza no âmbito da Comissão. Por se tratar de um tema bastante técnico, específico e inovador e cujo entendimento, mesmo que jurídico, requer conhecimento técnico e das negociações internacionais que envolvem o MDL, é preciso fomentar a pesquisa jurídica no país sobre esse tema, bem como produzir pareceres, notas e outros instrumentos jurídicos que sirvam de subsídio aos trabalhos da Comissão Interministerial;

3. Desenvolvimento de programas de capacitação gerencial em relação ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Outra questão igualmente importante refere-se à produção e divulgação de material informativo sobre o funcionamento do MDL. Projetos já vêm sendo implantados e aprovados, mas devido à complexidade das modalidades e os procedimentos para o mecanismo de desenvolvimento limpo, há necessidade de melhor compreensão das decisões do Conselho Executivo desse mecanismo e do seu Painel de Metodologias, bem como necessidade de ampla divulgação das normas estabelecidas pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que pode ser feito de forma bastante didática e ampla com a preparação e divulgação de material na Internet, guias e cartilhas explicativas sobre o MDL;

4. Implementação de um programa de certificação para apoiar o credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL. Para que o Brasil possa manter o papel de destaque em relação ao MDL é preciso reduzir os custos transacionais e aumentar a capacitação no país sobre temas relacionados à mudança do clima e ao Protocolo de Quioto, o que pode ser feito, além das ações acima, com a implementação de um programa de certificação para apoiar o credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL, possibilitando, inclusive, uma melhor compreensão das circunstâncias nacionais na análise de projetos por parte das Entidades Operacionais genuinamente brasileiras. A estratégia de implementação desse objetivo consiste na identificação das instituições interessadas e com capacidade para credenciamento como Entidades Operacionais Designadas para que, a partir daí, possam ser realizados seminários e/ou cursos ministrados por representantes que compõem o Conselho Executivo do MDL, órgão que supervisiona o funcionamento do MDL em âmbito internacional. A Presidência do Conselho

Executivo do MDL está atualmente sendo exercida por um representante brasileiro, que é o Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que facilita o contato com os Membros daquele Conselho e abre uma oportunidade ímpar para que o Brasil possa ter instituições capacitadas para credenciamento.

### **Resultados:**

Os principais resultados alcançados em 2006 no âmbito da ação de Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foram:

- O Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados no que tange à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estando, em 2006, em terceiro lugar quanto ao número de projetos em desenvolvimento, com um total de 198 projetos em processo de validação e registrados, o que representa 14% do total de projetos no mundo e uma redução durante o primeiro período de obtenção de crédito de 190 milhões de tCO<sub>2</sub>e.
- O Brasil em 2006 ocupa o segundo lugar em número de projetos que já tiveram reduções certificadas de emissões (RCEs) emitidas, com um total de 3.198.241 RCE's;
- Realização, em 2006, de 08 reuniões da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, sendo 07 reuniões ordinárias e 01 reunião extraordinária, o que corresponde em média a uma reunião a cada 45 dias, superando a previsão legal constante no art. 4º do Regimento Interno dessa Comissão, que é de uma reunião a cada 60 dias;
- Avaliação, pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de 140 projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto até dezembro de 2006, dos quais 111 foram aprovados, 09 aprovados com ressalva e 20 estão em processo de revisão;
- Emissão de 98 pareceres técnicos para subsidiar os trabalhos de avaliação de projetos realizados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que possibilitou a aprovação, em 2006, de 57 projetos;
- Publicação da Resolução n.º 03 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que estabelece os procedimentos para aprovação das atividades de projeto de pequena escala no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, e dá outras providências;
- Publicação da Resolução n.º 04 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que altera as resoluções n.º 1 e n.º 3 desta mesma Comissão, e dá outras providências;
- Criação de uma área de acesso restrito no site “O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima” para os membros da Comissão. Com esse sistema de acesso restrito, que entrará em operação a partir de 2007, espera-se maior agilidade e segurança na disponibilização dos

documentos referentes aos projetos MDL submetidos à CIMGC para análise de seus membros.

- Nomeação do Coordenador-Geral de Mudanças Globais de Clima para exercer a presidência do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em Bonn, Alemanha;
- Celebração do documento de projeto BRA/07/002 entre o MCT, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE visando a modernização institucional da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de forma a possibilitar que o Brasil continue a desempenhar um papel de destaque no cenário internacional quanto à implementação de projetos no âmbito do MDL.

- **Ação 6751: Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima**

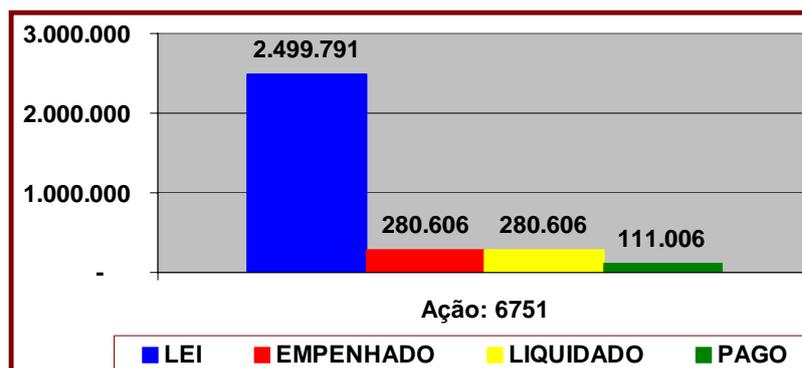
**Objetivo:**

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima estabelece em seu Artigo 4, parágrafo primeiro, que todas as Partes, levando em conta suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e suas prioridades de desenvolvimento, objetivos e circunstâncias específicos, nacionais e regionais, devem executar diferentes ações listadas nos parágrafos de (a) até (j).

O objetivo da inclusão desta ação no PPA é a indução de pesquisa e desenvolvimento de ações visando obter informações (inexistentes atualmente) para subsidiar as negociações internacionais na área de mudança global do clima.

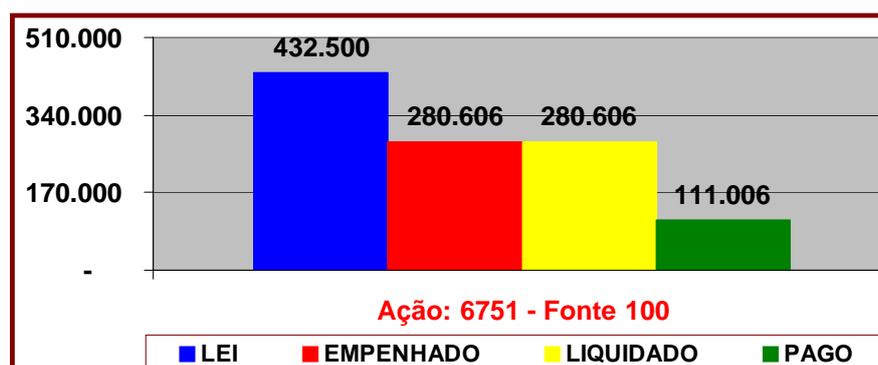
**Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6751**

No exercício de 2006, o orçamento estabelecido para esta ação foi de R\$ 2.499.791,00 (dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e um reais), dos quais apenas o montante previsto na fonte 100, no valor de R\$ 432.500,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e quinhentos reais) foi disponibilizado. Do total disponibilizado, foram empenhados e liquidados R\$ 280.606,00 (duzentos e oitenta mil, seiscentos e seis reais), correspondendo à 64,88%, e foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 111.006,00 (cento e onze mil e seis reais), correspondendo a 25,67% desse total. Além disso, é importante registrar que foram descentralizados para execução por parte da Embrapa Meio Ambiente o montante de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

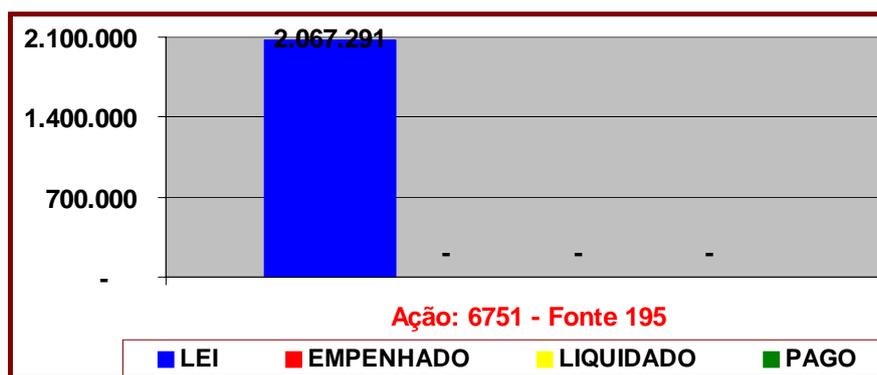


Os recursos orçamentário desta ação foram distribuições em 2 fontes de despesas: fonte 100 e 195 da seguinte ordem:

- **Fonte 100:** R\$ 432.500,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 280.606,00 (duzentos e e oitenta mil, seiscentos e seis reais), correspondendo à 64,88% do total da fonte de despesa e pagamentos na ordem de R\$ 111.006,00 (cento e onze mil e seis reais), correspondendo a 25,67% da fonte de despesa, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



- **Fonte 195:** R\$ 2.067.291,00 (dois milhões sessenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais). Os recursos previstos nessa fonte são oriundos do *GEF – Global Environment Facility* (Fundo Mundial para o Meio Ambiente) e sua execução dar-se-á diretamente pela Agência das Nações Unidas que opera recursos do GEF no Brasil nos próximos quatro ano e não por meio do orçamento da União. A partir de 2007 esses recursos não deverão constar no orçamento desta ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



## Metas físicas: 1

### Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:

- Convênio entre o MCT e a FUNCATE para desenvolvimento da parte I do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa no setor de mudança no uso da terra e florestas e realização de pesquisas nesse setor. A parte II desse inventário será desenvolvida no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31, em execução;
- Convênio entre o MCT e a FEALQ para desenvolvimento do projeto “Avaliação Econômica de Políticas Públicas visando Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil”;
- Convênio entre o MCT e a Fundepag para continuidade do projeto de pesquisa em desenvolvimento denominado "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais";
- Embrapa Meio Ambiente: descentralização de recursos no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) para adequação de infra-estrutura do Laboratório de Biogeoquímica e Gases Traço da Embrapa Meio Ambiente, por meio de aparelhamento em cromatografia gasosa, destinada à determinação e monitoramento de gases traço (metano e óxido nitroso) e dióxido de carbono provenientes de atividades agrícolas, o que permitirá o avanço das pesquisas e estudos no setor de agropecuária.

### Implementação:

Foi assinado entre o MCT e a Embrapa, um termo de compromisso de gestão para adequação de infra-estrutura do Laboratório de Biogeoquímica e Gases Traço da Embrapa Meio Ambiente, por meio de aparelhamento em cromatografia gasosa, destinada à determinação e monitoramento de gases traço (metano e óxido nitroso) e dióxido de carbono provenientes de atividades agrícolas. A liberação dos recursos previstos nesse termo para serem disponibilizados por parte do MCT, no valor de R\$ 110.000,00 (em capital), foi solicitada em 05/09/2006, por meio do MEMO/SEPED/Nº 335/2006 e devidamente liberada à Embrapa Meio Ambiente.

Além disso, encontra-se em desenvolvimento um projeto com a FUNDEPAG e USP para montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado, quando submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais. A liberação da parcela prevista para 2006 no âmbito desse convênio foi solicitada em março e os termos dessa solicitação reiterado em agosto de 2006.

Também foi iniciado, no âmbito dessa ação e da ação 6126, o convênio entre o MCT e a FUNCATE para construção de banco de dados geográfico para o ano de 1994, visando à estimativa das emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao setor Uso da Terra, Mudanças no Uso da Terra e Florestas no período de 1994- 2000.

### **Resultados:**

- Publicação e divulgação do manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por efluentes líquidos no Brasil fomentando a criação de centros embrionários voltados para essa atividade no restante do país, desenvolvido pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB no âmbito de convênio firmado com o MCT;
- Publicação e divulgação de um manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por resíduos sólidos no Brasil fomentando a criação de centros embrionários voltados para essa atividade no restante do país, desenvolvido pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB no âmbito de convênio firmado com o MCT;
- Adequação de infra-estrutura do Laboratório de Biogeoquímica e Gases Traço da Embrapa Meio Ambiente, por meio de aparelhamento em cromatografia gasosa, destinada à determinação e monitoramento de gases traço (metano e óxido nitroso) e dióxido de carbono provenientes de atividades agrícolas;
  - Apresentação do relatório parcial do projeto "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais" que prevê a montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado, quando submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais. Para tanto, serão realizados experimentos em que plantas serão cultivadas em câmaras especiais com alta concentração de gás carbônico.